

Assemb - ECONOMIA

CONSTITUINTE

A proposta tributária: inovadora.

"Os municípios brasileiros têm de ter restituídas algumas de suas prerrogativas, inclusive a de criar impostos, bem como de participar dos serviços essenciais, como o da distribuição de combustível, que não pode ficar só com a Petrobrás em função do monopólio estatal do petróleo", disse ontem, em Itaipava, o ex-deputado Ferro Costa, da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.

Ferro Costa, que é candidato à Constituinte pelo PFL do Pará e foi companheiro do então deputado José Sarney no grupo "Bossa Nova" da extinta UDN, disse que no "esforço concentrado" em que foi aprovado o projeto de sistema tributário, a Comissão Afonso Arinos tomou algumas decisões corajosas, citando especialmente três. Em primeiro lugar, a que propõe o fim dos privilégios tributários de que gozam atualmente os magistrados, parlamentares e militares, que descontam para o Imposto de Renda apenas uma parte da sua remuneração.

Para o advogado, em vez de se instituir esse tipo de privilégio, o que se deve assegurar é um salário compatível com a dignidade da função e com a própria dignidade profissional. Esta tese já havia sido defendida por um dos mais atuantes membros da Comissão no seu "esforço concentrado" de Itaipava: o reitor da Universidade de Brasília, professor Cristovam Buarque.

Ferro Costa lembrou que a proposta para a extinção de privilégios não é contra os magistrados, os parlamentares (função que poderá voltar a exercer no próximo ano) nem contra os militares, mas até ao contrário, a favor, "porque tal privilégio é desgastante".

A segunda decisão citada como corajosa pelo advogado é a que propõe a extinção do vestibular como instrumento de acesso ao ensino superior; e a terceira, a que dá aos municípios o direito de participar da distribuição do gás natural, o que Ferro Costa admitiu "constituir-se em uma brecha no monopólio estatal da Petrobrás".

Também em relação a esta proposta, que espera ver consagrada na Constituinte, o ex-deputado fez algumas considerações: "É óbvio que não se trata de algo contra a Petrobrás, mas sim de se considerar o interesse da sociedade brasileira. A Petrobrás, como qualquer empresa estatal, tem de estar sob a vigilância da sociedade brasileira, e tem de servir a ela".

O ex-deputado destacou ainda a proposta aprovada pela Comissão para que os municípios possam criar imposto sobre vendas a varejo de combustível, cigarro e bebidas, que terá alíquotas definidas por lei complementar. E enumerou os impostos que poderão ser criados por eles: de propriedade predial e territorial urbana; de serviços de qualquer natureza, não incluídos na competência tributária da União ou dos Estados e que não constituam fase necessária da produção de bens, ou da atividade tributada pelo imposto de transporte intermunicipal, que não ultrapasse os limites do Estado, e de locação de bens móveis e arrendamento mercantil.

De acordo com o projeto de sistema tributário aprovado pela Comissão, "a contribuição por atos de urbanização será exigível a quem promover atos que impliquem aumento de densidade de ocupação de área determinada e será graduada em função do custo da infra-estrutura urbana necessária ao atendimento do acréscimo de demanda resultante dos atos de urbanização praticados".

Os "atos de urbanização" serão definidos por lei complementar, que estabelecerá, ainda, os critérios de aferição dos custos das obras e serviços públicos integrantes da infra-estrutura urbana necessária em decorrência da respectiva realização, e fixará as alíquotas máximas de contribuição.

A proposta política: regime híbrido.

Sete dos dez comitês temáticos da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, criada pelo presidente José Sarney e presidida pelo jurista Afonso Arinos, já apresentaram suas conclusões. Resta apenas terminar três capítulos referentes ao Executivo, Legislativo e Judiciário, e a tendência majoritária é de sugerir uma forma híbrida de governo, presidencialista-parlamentarista, assemelhado ao sistema francês.

A informação foi dada ontem pelo professor Ney Prado, secretário-geral da Comissão, durante encontro em São Paulo, para intercâmbio de idéias, com o jurista J.B. Vianna de Moraes, presidente da Comissão de Estudos e Assessoramento Constitucional sobre Assuntos de Interesse Municipal, recentemente constituída pelo prefeito Jânio Quadros.

Quanto ao problema da segurança, disse Ney Prado que a tendência da Comissão é de resguardar amplamente o direito do preso, o que "certamente vai descontentar camadas da população".

Elegibilidade

Em Brasília, o deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP) disse que vai consultar o TSE sobre a elegibilidade dos integrantes da Comissão presidida por Afonso Arinos, no pleito de 15 de novembro.

Bierrenbach observou que os constitucionalistas que se reúnem em Itaipava, no Rio de Janeiro, pretendem levar à Assembleia Nacional Constituinte um trabalho já anteriormente realizado por eles próprios com a marca do oficialismo, bastando notar que até os papéis utilizados têm as Armas da Presidência da República. Estão querendo fazer uma Weimar tropical" — sentenciou, "e isto não podemos aceitar".